

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E CURRÍCULO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO COM BASE EM UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

EDUCATIONAL PLANNING AND CURRICULUM: THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE BASED ON A DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT

Camila Mendes Garcia*
Michele Aparecida Greggato Carpini**

RESUMO

O objetivo desse trabalho é explorar as concepções de currículo e planejamento escolar evidenciando sua prática no cotidiano das escolas através dos aspectos políticos e pedagógicos que orientam todas as ações do ensino. Partindo de uma gestão escolar democrática, que conta com a participação coletiva para o planejamento, organização e efetivação das ações dentro das escolas, tal prática, evidencia e fortalece os vínculos das relações dos sujeitos inseridos dentro e fora dela, ampliando e oportunizando os processos de aprendizagem dos alunos. Pautada nos princípios de igualdade, liberdade valorização do profissional e pluralismo, a gestão democrática atua para uma educação de qualidade articulando seus princípios para que o funcionamento das escolas, em todas os seus segmentos sejam efetivos e colaborem na formação de cidadãos partícipes e conscientes. Assim, o artigo aborda os princípios e importância da gestão democrática de qualidade diante do planejamento escolar e estruturação do currículo como aspecto que constitui de maneira imprescindível a atuação dos gestores, professores e formação do aluno. Os elementos que compõe a gestão participativa como também os documentos que fundamentam e norteiam os professores também auxiliam na construção e efetivação do currículo em vista do desenvolvimento pleno do aluno.

Palavras-chave: Gestão democrática. Formação do sujeito. Organização Curricular. Participação. Planejamento.

ABSTRACT

The objective of this work is to explore the concepts of curriculum and school planning, highlighting their practice in the daily life of schools through the political and pedagogical aspects that guide all teaching actions. Starting from a democratic school management, which counts on collective participation for the planning, organization and execution of actions within schools, this practice highlights and strengthens the bonds of the relationships of the

* Pós-graduada em Inspeção e Supervisão Escolar na Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI. milamendes09@yahoo.com.br

** Pós-graduada em Inspeção e Supervisão Escolar na Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI. michelegreggato@yahoo.com.br

subjects inserted inside and outside it, expanding and providing opportunities for the processes of student learning. Based on the principles of equality, freedom, appreciation of the professional and pluralism, democratic management works towards quality education, articulating its principles so that the functioning of schools, in all its segments, is effective and collaborates in the formation of participatory and conscious citizens. Thus, the article addresses the principles and importance of democratic quality management in the face of school planning and curriculum structuring as an aspect that is essential for the performance of managers, teachers and student training. The elements that make up participatory management as well as the documents that support and guide teachers also help in the construction and implementation of the curriculum in view of the full development of the student.

Keywords: Democratic management. Subject formation. Curricular Organization. Participation. Planning.

Introdução

O trabalho dentro da escola escolar se constitui como uma ação de caráter coletivo, principiando a participação de todos junto com dos membros e segmentos da comunidade da escola. Tais atuações são muito importantes na gestão participativa uma vez que estão presentes nas tomadas de decisões e ações que envolvem as práticas educacionais.

A gestão democrática acontece através da participação em diversos segmentos da comunidade escolar, com a atuação dos diretores, coordenadores, vice diretores, professores, funcionários, pais, alunos e a comunidade em si, que se envolvem na organização da escola. Partindo de princípios que integram a escola e a família, comunidade e sociedade, conta com a participação de todos nos processos de ensino. Frente às transformações da sociedade, a escola também se depara com as mudanças, e a gestão democrática, também conhecida como gestão participativa ou de colaboração, surge como um processo de complexa organização, uma vez que ainda enfrenta a fragilidade das políticas públicas e má formação dos gestores diante dessa nova concepção.

Através do planejamento educacional e do currículo a escola consegue conhecer o contexto dos alunos, suas necessidades e dificuldades, traçando assim meios para que ocorra uma aprendizagem efetiva e que todos sejam atendidos quanto seu direito à educação.

Planejar o ensino consiste em análise e reflexão para a solução de problemas, tomada de decisões, proposição, implementação, monitoramento e avaliação de todos os planos, uma

vez que se torna possível a compreensão do sentido mais amplo da educação através da organização curricular visando os objetivos educacionais.

Devido ao fato desse tema ser muito importante nas práticas educacionais, o assunto tem relevância ao se incluir no cotidiano dos estabelecimentos de ensino. O trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica, por meio de livros, legislações e artigos científicos, de autores que dialogam com o tema e se associam na concepção da gestão democrática para o bom funcionamento das instituições escolares em detrimento dos planejamentos legais. Assim, o trabalho possui o objetivo de evidenciar a gestão democrática e suas bases nas ações coletivas de planejamento e currículo com participação social e engajamento ativo nos processos de gestão, práticas pedagógicas e formação do educando.

Uma gestão escolar com vista para a democracia

Cada vez mais, no âmbito educacional, surgem desafios. Mais que isso, são obstáculos para enfrentar, como também superar. A educação necessita atender as demandas e ter consciência de sua realidade escolar, afim de utilizar estratégias necessárias para ajustar e coordenar as mudanças de acordo com a realidade interna e externa dos que estão inseridos nesse contexto. Nesse sentido, esses espaços educativos estabelecem relações significativas através de princípios que visam a renovação dos conhecimentos para assim desenvolver-se coletivamente com seus alunos, funcionários, professores e gestores, partindo do conhecimento da realidade, e assim, aplicando o currículo para que a qualidade do ensino e das ações foquem no aluno como protagonista, defende Lück (2009).

Em ações pautadas na gestão democrática, a equipe gestora lidera através de uma organização de trabalho para que todos possam colaborar e participar, compreendendo os desafios que lhes são apresentados, bem como a organização da sociedade; entender os aspectos que norteiam a educação; os fundamentos, diretrizes, princípios e objetivos oriundos da teoria educacional e são enfatizados nas legislações vigentes; o sentido ação educacional, em sua totalidade e seu reflexo na sociedade atual; a organização dos processos educativos de acordo com os níveis de ensino para que assim contemplem à todos; as funções dos profissionais sob a ótica legislativa e sua atuação/relação com as demandas; as diretrizes que embasam a postura da escola democrática; quem são os alunos e a comunidade em que a

escola estende atendimento e quais suas reais necessidades; de que maneira os alunos aprendem melhor e quais condições devem ser oferecidas para uma formação plena e significativa do sujeito; como outras questões que os gestores devem ter em mente para refletir suas abordagens educacionais, exemplifica Lück (2009).

Para manter o andamento da escola em detrimento das ações pedagógicas e com um olhar democrática com foco em uma perspectiva humana, é preciso estar ciente das dimensões da organização, que possuem objetivo de ordenar, preparar, prover recursos, sistematizar e alimentar as práticas dentro das escolas, a partir da estrutura básica para assim efetivar a gestão da mesma. Muitas vezes os resultados não são diretos e na hora, porém essas dimensões na organização é o que tornam os processos efetivos. Envolvendo fundamentação legal sobre a educação e os processos da gestão, através de planejamento, monitoramento e avaliação das ações dentro da escola, a equipe gestora consegue medir os resultados e assim traçar planos que fazem sentido para a escola e comunidade escolar, medindo as dimensões das práticas educacionais atuando diretamente na formação dos alunos e na qualidade da sociedade, afirma Lück (2009). São algumas das competências dessa implementação a gestão participativa, gestão de pessoas, gestão pedagógica, administrativa, da cultura da escola e do cotidiano, que se organizam visando a formação do aluno e melhoria da qualidade social.

O termo gestão ganhou significado no contexto das escolas assim como as mudanças de paradigmas da área e se caracterizou pela valorização da necessidade da participação dos indivíduos na tomada de decisões, planejamentos e organização do trabalho educacional, evidencia Lück (1997). Está associado ao fortalecimento das ações democráticas nos processos educativos, com participação que vai além do que meramente o diretor da escola, mas sim, todos se tornam responsáveis na organização, planejamento de decisões que ocorrem dentro do ambiente escolar, como um compromisso coletivo com as ações e resultados obtidos no processo.

Consequentemente, não se trata, apenas, de simples substituição terminológica, baseada em considerações semânticas. Trata-se, sim, da proposição de um novo conceito de organização educacional. A gestão, ressalte-se, não se propõe a depreciar a administração, mas sim a superar suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, e a redimensioná-la, no contexto de uma concepção de mundo e de realidade caracterizado pela visão da sua complexidade e dinamicidade, pela qual as diferentes dimensões e dinâmicas são utilizadas como forças na construção da realidade e sua superação, sem precisar reinventar a roda. Como resultado, a ótica da gestão não prescinde nem elimina a ótica da

administração educacional. Apenas a supera, dando a esta um novo significado, mais abrangente e de caráter potencialmente transformador. Daí porque ações propriamente administrativas continuarem a fazer parte do trabalho dos dirigentes de organizações de ensino, como, controle de recursos, de tempo, etc. (LÜCK, 1997, p. 3).

Tal termo vem sendo empregado de maneira errônea, pois, em muitos casos é visto como sinônimo da palavra “administração”. Contudo, ao se comparar ambos significados, a administração se refere a organização apenas, enquanto a gestão engloba todas as dinâmicas dos processos organizacionais, práticos e pedagógicos envolvendo as esferas políticas e sociais, através de ações que diversificadas e plurais cujo enfoque são aos sujeitos inseridos dentro e fora desse ambiente, com compartilhamento das responsabilidades de todo o processo educativo, como também na tomada de decisões por diversos setores dentro da escola, sem os definidos sistemas de autoridade, ressalta Lück (1997). O trabalho permeia a autonomia e participação como características principais, bem como o autocontrole e equilíbrio para adequar as necessidades, com a responsabilidade e intenção de um processo de práticas de atuação para a formação do aluno.

Os sistemas educacionais e os estabelecimentos de ensino, como unidades sociais, são organismos vivos e dinâmicos, e como tal devem ser entendidos. Assim, ao se caracterizarem por uma rede de relações entre os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização. E é a essa necessidade que a gestão educacional tenta responder. A gestão abrange, portanto, a dinâmica do seu trabalho, como prática social, que passa a ser o enfoque orientador da ação diretiva executada na organização de ensino (LÜCK, 1997, p. 2).

Ao se referir à uma gestão democrática, é preciso refletir sobre a realidade, para que tal democracia não seja apenas estética, mas de fato, compreenda e alcance as pessoas, através de suas ações. Se dá na aplicação real de práticas que visem a superação das desigualdades na sociedade, superando as dificuldades e incluindo a todos na tomada de decisões, democratizando a participação social. Gracindo (2009) aponta que, geralmente, a superação das dificuldades é vista como algo individual a acontecer, porém, com a ascensão social de maneira coletiva é possível ter sucesso nesses mecanismos incorporando a prática coletiva.

A democracia nunca será reduzida a procedimentos, nem tampouco a instituições; mas é a força social e política que se esforça por transformar o Estado de direito em um sentido que corresponda aos interesses dos dominados, enquanto o formalismo jurídico e político a utiliza em um

sentido oposto, oligárquico, impedindo a via do poder político às demandas sociais que coloquem em perigo o poder dos grupos dirigentes. O que, ainda hoje, opõe um pensamento autoritário a um pensamento democrático é que o primeiro insiste sobre a formalidade das regras jurídicas, enquanto o outro procura descobrir, atrás da formalidade do direito e da linguagem do poder, escolhas e conflitos sociais (TOURAINÉ, 1996, p. 37).

A gestão democrática foi estabelecida na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), como princípio norteador do ensino público, assim como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Esta, por sua vez, preconiza os parâmetros para que essa gestão aconteça através da participação dos profissionais da educação na confecção de seu projeto político pedagógico e participação da comunidade escolar. Estando presente através de nomes como gestão participativa, compartilhada e cogestão, a gestão democrática é marcada por ações, atitudes e valores que enfatizam a participação, abertura e atendimento de todos na escola, através da reflexão e visão de práticas socioantropológicas, corrobora Gracindo (2009).

A democratização da escola é algo que deve ser conquistado, através da participação articulada e organizada dos diferentes elementos que direta ou indiretamente a compõem. É necessário que haja abertura e estímulo à participação, criando mecanismos de atuação dos segmentos envolvidos no processo escolar. Para o trabalho da democratização escolar é fundamental que seja estimulada a vivência associativa. Os pais sejam chamados, não apenas para ouvirem sobre o desempenho escolar de seus filhos ou para contribuírem nas festas e campanhas. É importante a participação que leva à reflexão e à tomada de decisão conjunta. Este avanço vai depender do grau de consciência política dos diferentes segmentos e interesses envolvidos na vida da escola. Os princípios e práticas democráticas na organização e administração educacional, poderão trazer importante contribuição, não só ao clima da escola, mas, também, à democratização num âmbito global (GESTÃO EM AÇÃO, 1998, p. 56).

Em suma, a gestão democrática enfoca as experiências de participação na prática social do aluno, através de processos de organização e participação no sistema de colaboração de maneira efetiva, possibilitando o poder de influenciar na tomada de decisões da escola, corresponsabilidade nos resultados do processo educativo e ação comprometido entre os sujeitos, afirma Gracindo (2009). Essa descentralização do poder só acontece na esfera democrática, assegurada pela LDB para os sistemas de ensino.

No entanto, a busca de novas formas de organização e gestão da escola parece ser tarefa difícil, devido às raízes históricas da escola, que estão marcadas pela centralização e pelo autoritarismo. O que não se pode é

tomar os determinantes estruturais como desculpa, para não se fazer nada, esperando que se transforme a sociedade, para depois transformar a escola. É na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo, enquanto manifestação num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade. A qualidade da participação na escola existe, quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade, a refletir, a superar contradições reais, a identificar o porquê dos conflitos existentes. A participação é vivência coletiva de modo que só se pode aprender, na medida em que se conquista os espaços para a verdadeira participação (GESTÃO EM AÇÃO, 1998, p. 56).

Partindo dessa nova demanda no contexto das escolas, as práticas educacionais são amparadas pelo novo conceito de gestão, pautadas na democracia. Assim sendo, é fundamental a relação com os conselhos escolares, grêmios estudantis e formas colegiadas que evidenciam a participação de vários segmentos da escola e da comunidade. Tal prática, descentraliza o poder e dá espaço para a participação dos sujeitos que fazem parte do processo, legitimando a aderência de ações consensuadas, criando a identidade da escola. Nessa democracia, os gestores associam o entendimento da realidade com a qualidade da educação através de ações inovadoras e inclusivas, pautando centralizar a construção do conhecimento e formação com vistas para a cidadania, pluralidade e ética, trazendo esses enfoques como compromisso para a transformação social, defende Gracindo (2009). Essa visão, deve estar projetada no projeto político pedagógico das escolas, bem como a efetivação de sua implementação e avaliação de todos diante do projeto, viabilizando assim as práticas educacionais, sendo esse, um mecanismo de planejamento com os objetivos e estratégias para a ação educacional e social.

[...] é preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir a sua contrariedade (FREIRE, 1995, p. 91).

Planejamento educacional e o currículo na edificação dos saberes

Existem vários elementos que tornam as práticas pedagógicas organizadas e em consonância com as bases da educação: planejamento escolar, organização do currículo, preparo das aulas, estudo de métodos e estratégias, avaliação da aprendizagem, etc. Para um

currículo explorar todas as suas possibilidades, é realizada a elaboração projeto político pedagógico, que visa ideias para um trabalho coletivo sem fragmentação do ensino. Tem um cunho político-social por envolver uma preocupação e meios de entendimento da sociedade. Esse documento é obrigatório para todos os estabelecimentos de ensino, desde instituições que atendem Educação Infantil ao Ensino Superior, e foi promulgado pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº9.396/96), e representa as propostas do ensino envolvendo fundamentos filosóficos, teóricos e políticos da formação dos profissionais, assim como as estratégias diante do perfil da realidade e a lógica para organizar a grade curricular. Também apresenta todo o histórico da escola, seus objetivos, propostas, quantidade de salas, de turmas, de alunos, de funcionários, seu grau universitário, entre outros elementos. Revisado periodicamente, esse documento se formaliza e se renova segundo as mudanças que a escola passa. O PPP da escola amplia a democratização em detrimento de novos elementos e visões, contando com a participação de todos, e se baseia na organização curricular. O currículo, por sua vez, é um conjunto de documentos e ações que permeia a vivência do aluno e orienta o trabalho dos profissionais buscando a efetivação das práticas de ensino-aprendizagem., defendem Reis, Pinto e Vieira (2014).

A organização curricular tem como centro o PPP, uma vez que ambos moldam o trabalho do profissional e objetivam a formação do aluno. O currículo é dinâmico, assim como o PPP, e estão diariamente em construção e reformulação. O currículo se organiza em grades, que reforçam a separação das disciplinas em campos/áreas do conhecimento e um dos desafios atuais perante os documentos normativos é a superação de modelos tradicionais, buscando a integridade dos conteúdos teóricos e práticos e na formação do aluno através da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, usando métodos, cenários e ferramentas diversas nesse processo. A partir do currículo integrado, é realizado a construção, evoluindo de acordo com a demanda da integração, com disciplinas, saberes e práticas articulando todos os esforços para compreensão da realidade e a atuação sobre essa, permitindo que as disciplinas específicas sejam significativas e contextualizadas diante do cenário em que vivem os educandos, levando em conta os interesses, conhecimentos e vivências que os mesmos já possuem. É uma maneira de se desvencilhar da hierarquia tradicional dos saberes, se contrapondo à racionalidade técnica, possibilitando a construção de sentidos para a aprendizagem, com relação com a realidade, afirmam Reis, Pinto e Vieira (2014). Diante

desses fatos, o currículo está diretamente ligado ao PPP, plano de aprendizagem e plano de aula que são a base do planejamento educacional dentro das escolas.

O plano/projeto de ensino, também conhecido como plano de aprendizagem é a sistematização da proposta geral que pauta o trabalho docente de acordo com os componentes curriculares, disciplinas e eixos. Traz consigo os objetivos gerais e específicos para a formação do aluno assim como pontos para a construção de conceitos, atitudes e procedimentos, como também aborda a relação dos componentes curriculares com cada conteúdo. Esse documento define as estratégias para o ensino e a aprendizagem diante de metodologias, planos e critérios para avaliar, apresentando uma série de bibliografias que pautam teoricamente toda a narrativa de maneira rica fomentando a investigação científica dos conhecimentos ali apresentados. Para encontrar sentido efetivo, o plano tem que estar vinculado ao PPP da escola, para uma ação coerente através da organização curricular onde os profissionais entendam os aspectos imprescindíveis, habilidades e competências que se esperam dele pra refletir na formação do aluno, esclarecem Reis, Pinto e Vieira (2014).

O plano de aula é uma parte do plano de aprendizagem e mostra a proposta do professor de acordo com cada aula, com detalhamento dos objetivos, tema, metodologia, recursos, ferramentas, tempo, avaliação e bibliografia, se constituindo da amostra perfeita de como ocorrerá o processo do ensino, fomenta Reis, Pinto e Vieira (2014).

A educação dentro das escolas acontece diante de vários processos e com auxílio de vários setores desse estabelecimento. A gestão, base para toda e qualquer ação na escola, é a ciência humana que investiga, aprimora e executa práticas de administração que são o norte para a execução das práticas pedagógicas. Através da gestão e sua administração sempre é buscado melhores formas, que sejam eficientes e eficazes para que todos alcancem seus objetivos, através de métodos, recursos, materiais, práticas didáticas, recurso financeiro e tecnológico, entre outros. Atualmente, a linha da gestão segue a concepção da participação, em que evidencia a participação de todos nas tomadas de decisão, descentralizando a autoridade e valorizando o regime de colaboração entre todos os envolvidos. Cabe à gestão administrar os recursos físicos (espaços e estruturas), financeiros (verbas do governo, mensalidade, APM), humanos (funcionários e comunidade escolar) e materiais (material didático, alimentação) assim como trabalhar pautados nos recursos pedagógicos (executar a proposta pedagógica, organizar e planejar), define Moraes (2019).

A escola é estruturada partindo dos elementos físicos, que se consiste no espaço, tempo, instalações, materiais didáticos, etc., e nos elementos sociais que condizem na organização da escola, planejamentos, etc. Também é organizada em nível institucional (administração e gestão) e nível técnico operacional (professores e alunos). Toda sua estrutura está prevista no regimento escolar e nas leis do município, aponta Moraes (2019). Esse regimento estabelece normas e regras que organiza os campos disciplinares, didáticos e pedagógicos, contendo os direitos e deveres de cada integrante que participa do dia a dia da escola.

Dentro da gestão democrática existem alguns órgãos essenciais no processo da administração como o conselho de escola, direção escolar, setor pedagógico, orientador pedagógico, grêmios estudantil e associação de pais e mestres, e todos, de seu modo, participam dos planejamentos da escola, assim como os funcionários e comunidades, quando se parte da premissa da gestão participativa e democrática, evidencia Moraes (2019).

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros (LIBÂNEO, 2001, p. 3).

O planejamento do currículo deve sempre levar em consideração as experiências vividas pelos alunos e o contexto em que vivem. Assim sendo, o currículo orienta o trabalho do professor quanto sua prática didático-pedagógica. Para a orientação dos professores e do planejamento do currículo, tanto as redes públicas quanto privadas recorrem à alguns parâmetros e diretrizes feitas pelos técnicos do governo federal com várias normativas que orientam o ensino como um todo e de acordo com as especificidades das disciplinas, explora Moraes (2019). Não possuem caráter obrigatório, porém servem de documento norteador, usado pelos gestores nos planejamentos e currículos e também pelos professores em sala de aula.

Os parâmetros Curriculares Nacionais são utilizados no Ensino Fundamental e Ensino Médio, e além das disciplinas mais comuns como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História, traz a parte diversificada e temas transversais, explica Moraes (2019).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p. 13).

Segundo Moraes (2019), a Base Nacional Comum Curricular vem sendo instituída nos estabelecimentos de Educação Básica desde a modalidade de Educação Infantil, e tal documento apesar de não ser o currículo em si, é um norte e referência para a elaboração do currículo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p. 7).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil também é outro documento que embasa as ações e planejamentos especificamente na modalidade infantil:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (BRASIL, 1998, p. 13).

Todos os elementos descritos até aqui, corroboram com a construção do currículo e dos planejamentos educacionais, e conforme Libâneo (1994), o planejamento é um processo sistemático e organizacional que baseiam as ações educativas, servindo como ferramenta de racionalização no trabalho pedagógico articulando práticas com teoria. É fundamental que o professor, antes de realizar seu planejamento conheça a realidade de seus alunos, para assim

determinar conceitos para favorecer o processo de ensino e aprendizagem, superando as dificuldades.

Conforme aponta Lück (2000), não basta apenas planejar, é necessário ter um enfoque em cima do planejamento. O planejamento se torna funcional quando possui uma visão fragmentada da realidade, limitando e isolando as práticas educacionais diante da realidade vivida pela comunidade escolar, erroneamente não considerando a dinâmica social, os atores protagonistas do ensino-aprendizagem e desvalorizando a organização escolar.

Para um planejamento estratégico é preciso de elementos que se concretizem perante a realidade, como defende Lück (2000): Informações sobre os elementos internos e externos da escola, Análise de implicações futuras e globais de decisões atuais e de ações locais, Exploração de alternativas de ação, Aplicação de pensamento inovador e criativo, Construção de referencial avançado, Visão estratégica e Objetividade, simplicidade e clareza, que são efetivados diante de um bom planejamento e um currículo bem estruturado.

Cabe ressaltar que esse planejamento tem caráter normativo, resultando num plano muitas vezes considerado como uma peça burocrática, utilizada para formalizar e legitimar ações ou como peça de caráter mágico que apresenta uma proposta tão bem organizada, tão logicamente concatenada, que deveria realizar-se por si própria. Um bom plano funcional pode, no entanto, quando levado a sério e realizado plenamente, promover a realização dos objetivos que propõe. Porém, uma vez terminadas as ações e passado o tempo de regozijo pelo seu término e pela realização satisfatória dos resultados, a realidade volta a ser o que era antes. A escola se mantém no mesmo patamar da realidade, nada é diferente do que era antes (LÜCK, 2000, p. 2).

Considerações Finais

É muito importante evidenciar a ideia sobre gestão democrática dentro das escolas e a relação com a postura dos gestores, que deve atuar consciente de seu poder juntamente com a necessidade da participação coletiva da comunidade e funcionários, para o bom andamento da escola. Tal postura democrática visa além dos processos burocráticos e legislativos da escola, mas sim a formação total do aluno, através da inclusão de todos, para assim formar efetivamente o indivíduo crítico e plural, transformado pela prática educacional que se ancora na solidariedade, diversidade e emancipação social.

Essa prática minimiza a exclusão social de forma que fomenta a participação no seu sentido totalitário, porém, não adianta legislações com apologia à democracia dentro das

escolas, se os gestores não apoiarem e efetivarem a autonomia pedagógica e se os membros da comunidade escolar – diretores, pais, professores, alunos e funcionários – bem como propiciar oportunidades de participação dos mesmos nos processos políticos de autonomia para construção contínua do processo da educação.

O planejamento educacional e a efetivação do currículo, por sua vez, dentro das escolas precisam ser olhados em sua complexidade. Partindo do princípio democrática e da valorização da participação de todos, desvinculando a descentralização de poder, afetam todos que participam do processo da educação, sejam eles diretores, vice diretores, coordenadores, professores, demais funcionários, alunos, pais e toda a comunidade escolar. Através das políticas públicas, documentos norteadores, projeto político pedagógico da escola e construção de planejamentos, o currículo passa a integrar a realidade social visando a formação do aluno.

Com ideal de melhoria na qualidade do ensino, o planejamento escolar torna-se necessário, para que os profissionais desenvolvam as competências permitindo assumir de maneira concreta a responsabilidade pelo ensino através das práticas diárias, dos valores e da consciência do ensino, visto que diante de complexos desafios da gestão escolar, objetiva-se a realização do ensino-aprendizagem condizente com as legislações e da melhor maneira possível para incluir o aluno em detrimento de seu contexto social. Assim através dessas ações, que visam a aprendizagem do aluno como objetivo final, organiza-se as dimensões do trabalho e das práticas didático-pedagógicas para exercer de maneira significativa tais funções, através de um currículo consolidado e planejamentos consistentes:

Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los. Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenha as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola. No contexto dessa sociedade, a natureza da educação e as finalidades da escola ganham uma dimensão mais abrangente, complexa e dinâmica e, em consequência, o trabalho daqueles que atuam nesse meio (LÜCK, 2009, p. 16).

Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. Parâmetro curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de educação Fundamental. Brasília-DF: MEC, SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água. 1997.

GESTÃO EM AÇÃO. **Gestão escolar participada e clima organizacional.** 1998. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav4n201.PDF#page=49>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GRACINDO, R. V. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática Exigências, práticas, perfil e formação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília-DF, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola. *In:* LIBÂNEO, J. C. (Org.). **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática.** 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, H. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Gestão em Rede**, n. 19, abr. 2000. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/luck_planejamento.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.

LÜCK, H. A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, n. 3, nov. 1997. Disponível em: http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true#:~:text=O%20documento%20analisa%20quest%C3%B5es%20relacionadas,pela%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20educacionais. Acesso em: 3 mar. 2022.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: <http://files.diretortecniconpe.webnode.com/200000067-5f5ce614de/dimensoes-gestao-escolar.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MORAES, S. B. A. **Gestão da escola e planejamento educacional**. Santa Maria: UFSM, NTE, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18368/Curso_Lic-Geo_Gestao-Escol-Planej-Educac.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 fev. 2022.

REIS, F. J. C. dos.; PINTO, M. P. P.; VIEIRA, M. N. C. M. Planejamento educacional.

Medicina, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 280-283, 2014. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86616/89546>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SOUZA, A. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar

democrática. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2022.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.